

PRODUÇÃO E ALIMENTAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO - SANTO AMARO DAS BROTAS/SE

PRODUCTION AND FOOD FOR FAMILY FARMERS IN THE CELSO FURTADO SETTLEMENT - SANTO AMARO DAS BROTAS/SE

Júlia Karoline Ferreira Moura
Universidade Federal de Sergipe – UFS
juliakaroline.moura@gmail.com

Emilly Karoline dos Santos Alves
Universidade Federal de Sergipe – UFS
emilly_ufs2020@academico.ufs.br

André Luiz Simonetti
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
simonettial97@gmail.com

Grupo de Trabalho GT5: Agricultura Familiar e Relações de Gênero

Resumo

O objetivo do presente trabalho é caracterizar a produção e a alimentação dos agricultores familiares do Projeto de Assentamento Celso Furtado, localizado no município de Santo Amaro das Brotas/SE. Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, na qual realizou-se a coleta de dados primários a partir da aplicação de questionário semiestruturado, elaboração de banco de dados na plataforma Excel para organização dos dados, e estatística descritiva para as análises. As variáveis utilizadas foram: produção agrícola e pecuária, composição da alimentação dos assentados com produtos agrícola e pecuários e alimentos adquiridos fora do estabelecimento, e refeições diárias. Nos resultados, observou-se a alta diversificação produtiva no assentamento, bem como alta diversidade alimentar. Porém, constatou-se que a produção não é suficiente para suprir toda dieta alimentar e as famílias assentadas ainda precisam adquirir alimentos fora do estabelecimento. Além disso, infere-se que a produção é destinada primordialmente para o autoconsumo, com pequeno excedente destinado à venda, o que contribui, de forma geral, com um cenário de Segurança Alimentar e Nutricional do assentamento. Por fim, conclui-se que a diversificação da produção agropecuária no assentamento contribui com a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias.

Palavras-chave: Autoconsumo; Reforma Agrária; Diversificação; Regimes Alimentares

Abstract

The objective of this study is to characterize the production and diet of family farmers in the Celso Furtado Settlement Project, located in the municipality of Santo Amaro das Brotas/SE. This is a quantitative study that collected primary data through the application of a semi-structured questionnaire, the creation of a database in the Excel platform for data organization, and descriptive statistics for analysis. The variables used were: agricultural and livestock production, the composition of the settlers' diet with agricultural and livestock products and food purchased outside the establishment, and daily meals. The results showed high productive diversification in the settlement, as well as high dietary diversity. However, it was found that production is not sufficient to supply the entire diet, and the settled families still need to purchase food outside the establishment. In addition, it is inferred that production is primarily intended for self-consumption, with a small surplus destined for sale, which contributes, in general, to a scenario of Food and Nutrition Security in the settlement. Finally, it is concluded that the diversification of agricultural production in the settlement contributes to the Food and Nutritional Security of families.

Key words: Self-consumption; Agrarian Reform; Diversification; Food Regimes.

1. Introdução

As reflexões que permeiam o âmbito da alimentação no meio rural ganham notoriedade frente aos apelos mundiais pela erradicação da fome, bem como suas consequências, mostrando que as extensas cadeias, que são a base dos sistemas agroalimentares, resultam em uma desconexão entre as etapas de produção, processamento e consumo, gerando múltiplas implicações (Grisa et al., 2021). Assim, faz-se necessário ampliar progressivamente os estudos acerca dos sistemas e regimes agroalimentares, especialmente no que corresponde a agricultura familiar.

Buscando contextualizar o cenário agroalimentar, o presente estudo tem como plano de fundo os regimes alimentares¹, do inglês, “*food regimes*”. Esta noção foi descrita pioneiramente por Harriet Friedmann em 1987, porém, o estudo seminal utilizado nas pesquisas atuais foi elaborado por Harriet Friedmann e Philip McMichael no mesmo ano. McMichael (2021, p. 2) descreve os regimes alimentares como uma “iniciativa metodológica que buscou especificar as relações entre a ordem mundial e o comércio agroalimentar”. Ademais, Schneider, Schubert e Escher (2016) reforçam que os regimes alimentares não podem ser explicados como algo concreto, mas sim como um método que avalia os pilares agroalimentares a partir de “períodos, ciclos ou tendências” que atualmente estão pautadas na concentração de capital e tecnologia da informação.

Frente ao cenário de mudanças contínuas dos regimes alimentares, Niederle e Wesz Junior (2018) reformulam esta definição, ao afirmar que as ordens alimentares são “arranjos de regras, hábitos, valores, identidades, significados e artefatos associados a modos específicos de produzir, distribuir, vender, comprar, preparar e comer” (Niederle; Wesz Junior, p. 360, 2018). Desta forma, os autores classificam seis ordens alimentares presentes na realidade brasileira atual: Industrial, Comercial, Doméstica, Estética, Cívica e Financeira.

No trabalho em questão, será utilizada a ideia de Ordem Doméstica, uma vez que a mesma pode ser definida como uma forma social que remete à “agricultura de subsistência”, desde sua crise até sua resiliência (Niederle; Wesz Junior, 2018; Escher, 2019). Os aspectos ligados a agricultura de subsistência remetem ao ato de produzir produtos primários essenciais à manutenção da família (Oliveira, 2020), deste modo, retornando ao conceito de camponês, destacando as rupturas e continuidades a partir da transição para o conceito de agricultor familiar². Diante disso, Wanderley (1996) destaca que o campesinato é uma das formas que assume a agricultura familiar³, constituindo um modo particular de produzir e fazer parte da sociedade em que os agricultores são os donos dos meios de produção.

A produção para subsistência é constantemente levada ao espaço do esquecimento, visto que diante do cenário crescente de modernização da agricultura, acreditou-se que esta prática inevitavelmente desapareceria (Grisa, 2008). Apesar das pesquisas sobre agricultura de subsistência estarem centradas na produção para o autoconsumo, Grisa (2007a), Niederle e

¹ A noção de regime alimentar descende de outros estudos sobre as ordens alimentares pós-segunda guerra mundial (McMichael, 2009, p. 140).

² O presente artigo trata da caracterização da produção e alimentação de assentados de reforma agrária, porém, utiliza-se do conceito de agricultura familiar por compreender que ambas as categorias se encontram no escopo normativo da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

³ Wanderley (2009, p. 156) afirma que a agricultura familiar é “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Dessa forma, a agricultura familiar pode ser considerada uma categoria genérica com grande capacidade de adaptação aos contextos históricos em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais, sendo os agricultores familiares protagonistas dos processos sociais que vivenciam, sobretudo relativos às resistências e às inovações resultantes em transformações na agricultura e no meio rural (Wanderley, 2009).

Wesz Junior (2018) reforçam que a produção para subsistência é um conceito mais amplo, que envolve não somente o consumo da família, mas também a destinação do excedente ao mercado, de modo a adquirir quaisquer coisas que não são produzidas dentro do estabelecimento. Assim, a produção para autoconsumo está inserida na produção para subsistência. Logo, enquanto a produção para subsistência está associada a possibilidade de estabelecer relações de troca e reprodução física, a produção para o autoconsumo tem relevância não-monetária, contribuindo no combate à pobreza e melhoria da segurança alimentar e nutricional (Grisa, 2008, p. 483-485).

Diante disso, o direito dos agricultores familiares de produzir seu próprio alimento e a necessidade de melhor qualidade de vida no campo sobrepujar as questões capitalistas são pautas constantes dos movimentos sociais. Isto pois, segundo Chonchol (2005), há uma tendência à concentração de produção e renda nas mãos de grandes agricultores, marginalizando a agricultura familiar. Logo, caracteriza-se como um desafio para os movimentos sociais mudar a perspectiva de que as “oportunidades de negócio” são mais importantes que a saúde e nutrição da população (Belik, p. 11, 2024). Ademais, a construção e consolidação de políticas e propostas de enfrentamento da fome se concretizou a partir da mobilização dos movimentos sociais, que são essenciais para consolidação participativa da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (Menezes, 2010; Takagi, 2010).

No Brasil, a preocupação com a alimentação é uma das principais pautas dos movimentos sociais do campo, que em sua maioria são articulações nacionais (a exemplo do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) da Via Campesina, um dos principais movimentos camponeses atuais que luta contra o modelo corporativista da agricultura (Desmarais, 2007; Ribeiro, 2013). Segundo Custódio *et al* (2011), a soberania alimentar se caracteriza como uma pauta comum entre movimentos sociais do campo ligados a Reforma Agrária, tendo a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como um dos pilares da mesma (Belik, 2024).

A SAN é um conceito que se originou no período pós Segunda Guerra Mundial, onde muitos países não tinham condições de produzir seu próprio alimento (Belik, 2003). De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346, de 15 de julho de 2006), SAN pode ser definida como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais” (Brasil, 2006), de modo a respeitar a diversidade cultural e que sejam sustentáveis nos pilares ambiental, econômico e cultural.

No meio rural, a SAN pode ser assegurada a partir da produção para autoconsumo no estabelecimento familiar, visto que se caracteriza como a base da reprodução social ao passo que propicia a diversificação das estratégias das famílias rurais (Gazolla; Schneider, 2007). Grisa (2011) vai ao encontro dessa ideia quando afirma que a alimentação é um dos fundamentos da reprodução social das famílias e, apesar da produção para o autoconsumo não modificar questões estruturais, contribui com a melhoria da qualidade de vida das famílias. Porém, o processo de externalização da agricultura contribui com a atenuação da produção para autoconsumo, tornando as famílias vulneráveis e dependentes diretas do mercado (Grisa, 2007b). Ademais, sistemas de produção diversificados, especialmente para o autoconsumo, podem contribuir com a melhoria da qualidade de vida e autonomia das famílias visto que há menos dependência do mercado para a compra de alimentos (Duval; Ferrante; Bergamasco, 2012; Schneider, 2012). Logo, é de suma relevância reforçar a importância da produção para autoconsumo como meio para garantir a segurança alimentar e nutricional no meio rural.

Nesse contexto, o foco do presente estudo é o Projeto de Assentamento Celso Furtado, instituído pelo Programa de Reforma Agrária de Sergipe, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Este assentamento foi escolhido para a pesquisa pois já havia

proximidade dos pesquisadores com os assentados, em decorrência de projetos anteriores, bem como, curiosidade de investigar o impacto da diversificação produtiva no autoconsumo e/ou subsistência, tendo em vista as características intrínsecas ao assentamento como: (1) a faixa etária das famílias, visto que o assentamento se encontra em processo de envelhecimento; (2) o acesso dificultado a mercearias, supermercados e feiras livres, em decorrência da grande distância do assentamento aos mercados; e (3) cerca de 70% das famílias têm como renda principal o Programa Bolsa Família e a aposentadoria.

Diante disso, a temática principal deste trabalho perpassa a produção e alimentação das famílias agricultoras assentadas de reforma agrária, propondo-se a compreender a diversificação produtiva, especialmente de cultivos agrícolas, e como é a alimentação dessa população. Logo, é essencial caracterizar consumo e produção de forma conjunta, explicitando a relação entre estes. Assim, o objetivo do presente estudo é caracterizar a produção e a alimentação dos agricultores familiares do Projeto de Assentamento Celso Furtado, Santo Amaro das Brotas/SE.

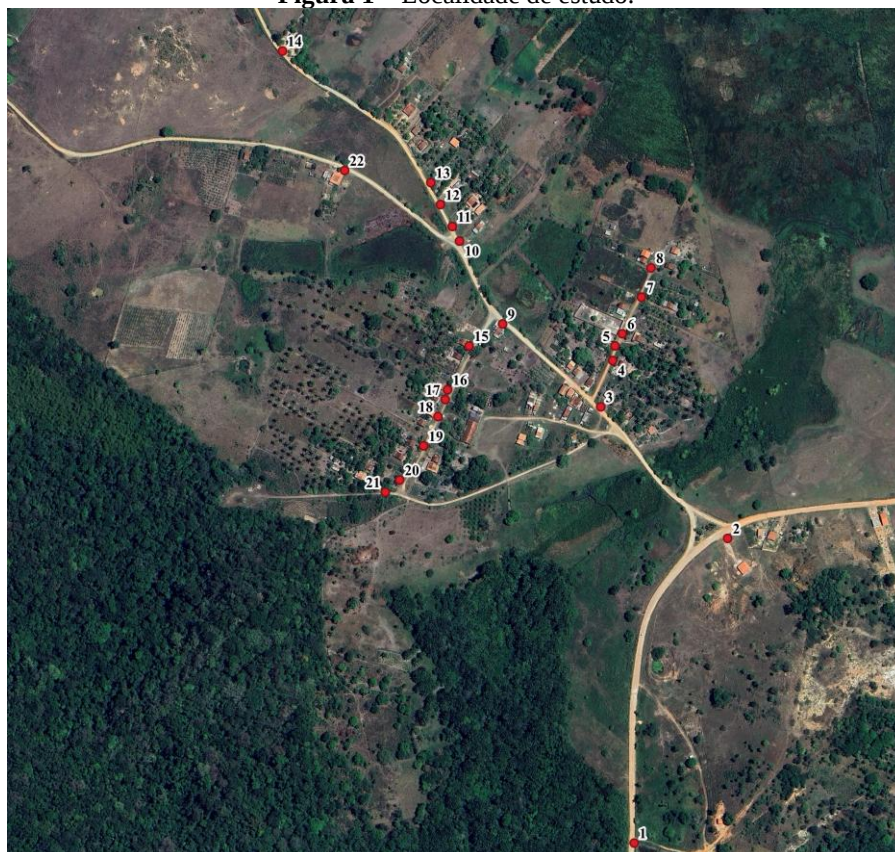
2. Metodologia

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa de caráter exploratório pois visa proporcionar uma visão integral acerca de determinado fato (Gil, 2008). Ademais, a pesquisa foi realizada a partir de dados primários, de modo a compreender as características que permeiam os produtores familiares, seus estabelecimentos e atividades produtivas, além de suas questões alimentares. Com isso, as variáveis foram selecionadas de acordo com sua dimensão, englobando suas singularidades e considerando o contexto específico dos fatos, a fim de compreendê-las de forma profunda (Gil, 2002; 2008).

O estudo contou com a coleta de dados primários, que foram obtidos a partir de entrevistas realizadas por meio de questionário semiestruturado. A coleta desses dados foi realizada no mês de outubro de 2024, na agrovila do Projeto de Assentamento Celso Furtado, localizado no município de Santo Amaro das Brotas/SE (Figura 1). Na aplicação das entrevistas, pretendia-se utilizar a abordagem “bola de neve” até que a saturação fosse atingida, porém, considerando o pequeno número de famílias oficialmente assentadas e os diferentes padrões observados nas respostas, o questionário foi aplicado em todos os lotes do assentamento, sem que os agricultores precisassem indicar uns aos outros, desde que aceitassem participar da pesquisa. Sendo assim, os questionários foram aplicados em 22 dos 30 estabelecimentos do assentamento⁴, com contextos produtivos e alimentares diversos. Ressalta-se que as entrevistas foram aplicadas na agrovila do assentamento, onde estão localizados os lotes pequenos, destinados a construção das casas e dos quintais produtivos.

⁴ Foram entrevistadas somente vinte e duas famílias pois as oito famílias restantes não quiseram participar da pesquisa ou não produziam nada, só moravam no lote.

Figura 1 – Localidade de estudo.



Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

Além da etapa de coleta de dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de modo a dar suporte às discussões e análises realizadas, considerando especialmente a natureza dos dados selecionados do questionário para o presente estudo. A pesquisa bibliográfica englobou especialmente a revisão da literatura de artigos, teses e dissertações que fazem uma abordagem atual quanto aos temas de estudo, de modo a construir uma base teórica sólida para análises, considerando o contexto regionalizado do estudo. Ademais, foram utilizadas na discussão as percepções anotadas no caderno de campo, instrumento necessário para avaliação empírica das dinâmicas do assentamento.

Ademais, um banco de dados foi elaborado na plataforma Excel, de modo que os dados coletados fossem organizados e classificados em categorias. Destas que foram previamente definidas, serão utilizadas três: políticas públicas, produção agropecuária e segurança alimentar e nutricional. A partir destas, foram selecionadas as seguintes variáveis coletadas a campo: produção agrícola, produção pecuária, alimentos adquiridos fora do estabelecimento, relação entre autoconsumo, venda e autoconsumo e venda, composição da alimentação e número de refeições diárias. Para agrupar os dados da produção agrícola, foram utilizados os seguintes extratos principais: frutas, grãos, medicinais, leguminosas, tubérculos e hortaliças, salientando que para as discussões acerca da relação entre venda e autoconsumo, foram selecionados os extratos principais com maior frequência nas respostas. Por fim, utilizou-se da estatística descritiva para impulsionar a análise dos dados.

3. Resultados e Discussão

O Celso Furtado é um Projeto de Assentamento da Reforma Agrária instituído em 2010, a partir da desapropriação da Fazenda Nossa Senhora das Graças, conhecida como Fazenda Aruari, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em

2006. Está localizado no município de Santo Amaro das Brotas, à cerca de 3,6 Km das margens da rodovia SE-240, com uma área de 704 hectares e capacidade de assentar 30 famílias.

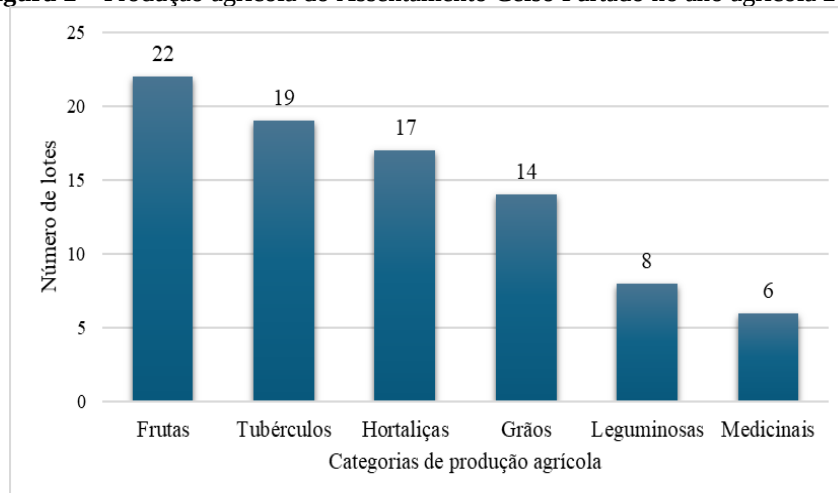
A título de caracterização da população, foram entrevistadas 22 famílias, sendo que os entrevistados têm idade entre 31 e 70 anos, 86% trabalham exclusivamente dentro do estabelecimento em atividades agropecuárias dentro do lote (que serão exploradas ao longo da discussão), cerca de 83% têm escolaridade equivalente ao ensino fundamental incompleto, 64% dos entrevistados se identificam com o gênero feminino e cerca 73% têm como principal renda a aposentadoria e o recurso vindo do Programa Bolsa Família.

O PA Celso Furtado, bem como a maior parte dos assentamentos de reforma agrária, apresenta distribuição segregada de lotes pequenos e grandes, o primeiro, composto por 0,46 hectares, e o segundo, por 3,51 hectares⁵, aproximadamente. Considerando estas informações, é importante salientar que a maior parte das famílias entrevistadas no presente estudo produzem cultivos agrícolas exclusivamente no lote pequeno, destinando o lote grande para a criação de alguns animais ou apenas manutenção da pastagem.

Nesse contexto fundiário, a Figura 2 apresenta a produção agrícola do assentamento Celso Furtado. A partir do levantamento da produção no assentamento, afirma-se que houve produção de trinta variedades de frutas, vinte tipos de hortaliças, sete tipos de ervas medicinais, quatro tipos de tubérculos, quatro tipos de leguminosas e dois tipos de grãos, evidenciando a diversidade produtiva encontrada no assentamento local da pesquisa. Assim, considerando o grande número de espécies produzidas, especialmente no que corresponde às frutas e hortaliças, optou-se por caracterizar a produção a partir do número de lotes que as produzem.

⁵ Apesar de expressar esses valores em hectares, no assentamento é utilizada a tarefa de terra como unidade de área. Tarefa de terra é uma unidade de medida de área utilizada amplamente na agricultura brasileira, liderado por um viés cultural (Vizolli; Mendes, 2016). Em Sergipe, uma tarefa de terra equivale a 0,3053 hectares (MDA, 2025).

Figura 2 – Produção agrícola do Assentamento Celso Furtado no ano agrícola 2024.



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A Figura 2 mostra que a vinte e dois lotes produzem frutas, dezenove lotes produzem tubérculos, dezessete produzem hortaliças, quatorze produzem grãos e, com menor frequência, as categorias leguminosas e medicinais, que estão presentes em oito e seis lotes, respectivamente.

A categoria frutas é a única que está presente nos vinte e dois lotes, destacando que todas as famílias apresentam produção agrícola das mesmas em algum nível. Apesar de ser considerada produção agrícola, ressalta-se que grande parte das árvores frutíferas presentes nos lotes produtivos não foram plantadas pelos assentados, já faziam parte da composição florística da Fazenda Aruari, sendo elas, em sua maioria, coqueiros, mangueiras e bananeiras. Ainda assim, destaca-se que o manejo e a manutenção são realizados pela família, o que permite que estas plantas continuem produzindo e diversidade alimentar para o estabelecimento familiar, caracterizando também como rendas não monetárias, sendo as mesmas são produções utilizadas para o consumo e/ou subsistência das famílias (Ramos; Borges, 2021; Bellentani, 2010).

Os tubérculos são a segunda categoria com maior presença nos lotes, especialmente no que corresponde aos quintais produtivos, representada pela produção de macaxeira, inhame, batata-doce e gengibre, este último presente em apenas um dos dezenove lotes com presença de tubérculos. A produção de tubérculos no estado de Sergipe é realizada majoritariamente pela agricultura familiar (IBGE, 2025), caracterizando-se como alimentos tradicionais da cultura alimentar, visto que os mesmos tendem a recuperar e recriar saberes e conhecimentos que muitas vezes se perdem no espaço agrário por conta dos latifúndios e do agronegócio (Fabrini, 2017). A produção da macaxeira, do inhame e da batata-doce também aparece com maior frequência nos lotes pois estes alimentos estão presentes diariamente nas refeições das famílias e, além disso, faz parte do perfil produtivo da região Nordeste (IBGE, 2025).

Segundo o IBGE (2025), o município de Santo Amaro das Brotas tem como cultivos principais a cana-de-açúcar, o coco-da-baía, a macaxeira, a banana e a batata-doce. Esta característica remete ao cenário do Leste Sergipano, mesorregião a qual o município pertence, que se destaca na produção de frutas, cana-de-açúcar e macaxeira (IBGE, 2025). Logo, compreende-se que a produção de frutas e tubérculos no assentamento está ligada a fatores regionais, visto que as condições são favoráveis para tal e que estes alimentos compõe a alimentação base das famílias do assentamento. Corroborando com tal ideia, é importante salientar que a produção voltada para o autoconsumo tende a reduzir a vulnerabilidade alimentar das famílias assentadas, uma vez que fornece alimento para as unidades familiares

independente das relações mercantis (Grigol *et al*, 2022), tanto que além das culturas citadas, as hortaliças compõem a terceira maior produção por lote, estando presentes em dezessete dos vinte e dois que foram visitados. Isto é, o consumo das mesmas, está ligado a produção para autoconsumo, principalmente por conta das dificuldades na obtenção do alimento em mercados urbanos, levando em conta o quesito financeiro e a perecibilidade das mesmas (Grigol *et al*, 2022). Os autores afirmam que as variedades presentes, geralmente são o complemento do “tripé arroz, feijão e carne”.

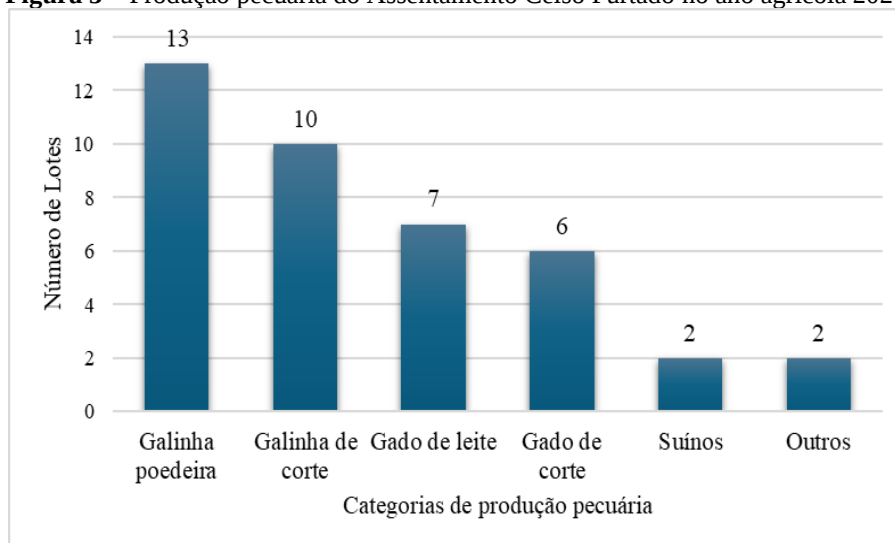
A categoria grãos está presente em quatorze lotes. É necessário ressaltar que a produção de grãos indicada na Figura 2 está associada ao cultivo exclusivo de milho grão, nos quatorze lotes, e um deles também produz café. Isso ocorre pois, ao contrário de outras regiões do estado, o cultivo de milho no PA Celso Furtado está associado à pecuária, sendo utilizado majoritariamente na alimentação das galinhas que são criadas no lote pequeno. Além disso, de acordo com as anotações do caderno de campo, o milho também é destinado ao consumo da família em datas festivas importantes no estado, como é o caso do São João e São Pedro, porém, neste caso, há o consumo de milho verde e não de milho grão. O que se observa aqui é a produção em conciliação com as condições socioambientais, intensificando a ideia de sustentabilidade nos âmbitos social e ambiental (Vivas, 2017).

O cultivo de leguminosas está presente em apenas oito lotes, apesar do feijão caracterizar-se como um alimento base da alimentação dos brasileiros. Porém, de acordo com as percepções a campo e dados coletados, todas as famílias entrevistadas consomem feijão, que adquirem de feiras livres, mercearias e supermercados. Além disso, a questão agrônômica contribui com a menor produção de feijão carioca, fava e feijão de corda, visto que o solo do assentamento sofre de dois extremos: muito seco no período da escassez hídrica e muito encharcado no período de chuva. Além disso, no período chuvoso, há formação de áreas de várzea, que diminui a área agrícola útil do lote.

Com menor frequência, as plantas medicinais estão presentes em seis lotes. O cultivo de ervas medicinais, está associado principalmente aos saberes tradicionais relacionados a cura e tratamento de doenças (Freitas; Ferrante; Sossae; Filipak, 2023), ou seja, constituem um papel secundário na nutrição das famílias, porém, importante para a manutenção de saberes tradicionais e preparo de alimentos de cultura local.

A produção pecuária também está presente nos lotes, pois se configura como parte importante para alimentação das famílias agricultoras presentes no assentamento. A pecuária se destaca por conta de questões como segurança da produção em comparação com a agricultura, baixos custos, garantia de renda, assim como, a dificuldade em torno da preparação das terras e comercialização para produtos agrícolas (Ramos; Borges, 2021). Deste modo, a Figura 3 mostra a classificação dos tipos de criação animal de acordo com o número de lotes.

Figura 3 – Produção pecuária do Assentamento Celso Furtado no ano agrícola 2024.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

De acordo com a Figura 3, a criação de galinhas é predominante no assentamento. Encontra-se a criação de galinhas poedeiras, presente em treze lotes, seguida da criação de galinhas de corte, presente em dez lotes. Além disto, há presença de animais de grande porte, categoria representada pelos bovinos, estando a criação de gado de leite presente em sete lotes produtivos. Ademais, o gado de corte se encontra presente em seis lotes, e as categorias ‘Suínos’ e ‘Outros’, que estão presentes em dois lotes produtivos cada uma.

O primeiro aspecto geral que chama atenção ao ver a Figura 3 é que, ao contrário dos cultivos agrícolas, nenhum tipo de pecuária foi identificado em todos os lotes. Ademais, é perceptível que, apesar de não apresentarmos os números quantitativos de produção, houve a percepção a campo, corroborando com os dados acima apresentados, que a pecuária é realizada em menor escala, se comparado com os cultivos agrícolas, tendo como principais tipos de criação os animais de pequeno porte, como é o caso das galinhas poedeiras e de corte.

A produção de ovos é a principal atividade pecuária do assentamento, realizada nos quintais produtivos. A adaptação ao quintal e facilidade de manejo são singularidades que podem corroborar com a preferência dos assentados em continuar com esse tipo de criação. De acordo com De Sá, De Sá e Simões (2021, p. 7) a presença de galinhas na maioria dos quintais produtivos rurais justifica-se pela possibilidade de cria-las em pequenas áreas além de se tratar de animais que suportam condições ambientais adversas. Dentre as condições ambientais adversas encontradas no assentamento estão, principalmente, a irregularidade de chuvas e, além disso, o período seco tem como características temperaturas muito intensas.

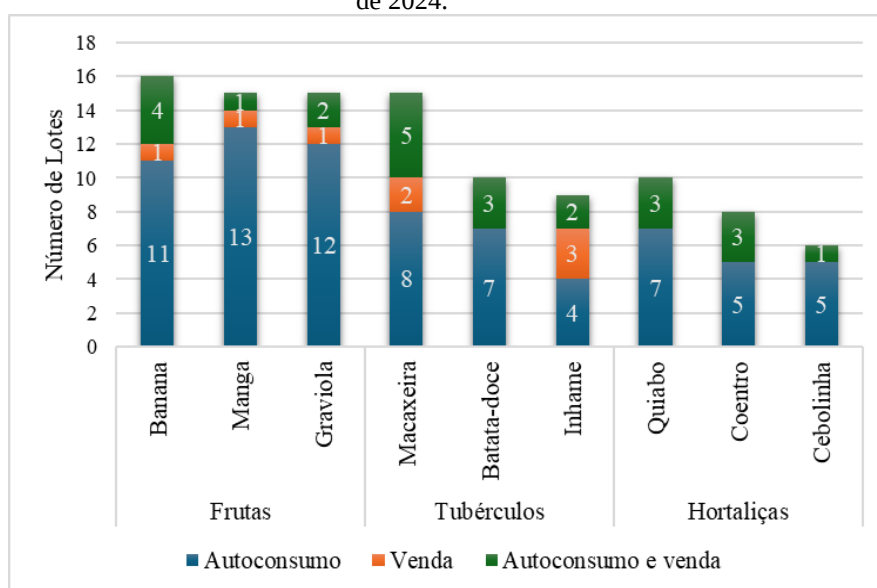
Apesar da criação de gado constituir-se como uma atividade menos vulnerável às condições climáticas, especialmente à seca (Alves; Villwock; Fossá, 2023), a produção de leite e carne no assentamento encontra-se atrás da maior parte dos cultivos agrícolas e da criação de galinhas. Isso ocorre por questões muito pontuais associadas a singularidades do próprio assentamento, como a distância entre o lote pequeno e lote grande e a dificuldade de acesso (estradas sem manutenção) a estas áreas, somadas à idade avançada da maior parte dos assentados, em sua maioria idosos, contribuindo com a criação em menor escala de bovinos. Vale salientar que a criação de gado de corte é realizada de forma diferenciada da criação destinada a leite, visto que a segunda, em geral, é realizada no lote pequeno, com um número muito reduzido de animais (um ou dois, no máximo). Já a criação para corte tem um viés voltado ao mercado, já que a maior parte dos lotes destina a produção para venda e criam seus gados nos lotes grandes, que é onde possui pastagem natural.

Além disso, de acordo com as anotações no caderno de campo, a criação de suínos no lote pequeno é dificultada em consequência da proximidade entre os quintais produtivos, levando a uma distância insuficiente para que o cheiro da pocilga não cause incômodo aos vizinhos. Ademais, os dois lotes categorizados como ‘Outros’ produzem mel de abelhas, ovinos e caprinos, que os fazem por convicções e determinações pessoais, caracterizando-se como alternativas de reprodução social associada as dinâmicas dessas famílias. Vale ressaltar que a produção de mel de abelhas tem um viés comercial, ao contrário das demais, que primordialmente são produzidas para subsistência das famílias. Logo, afirma-se que há prevalência da pecuária de pequeno a médio porte no assentamento. Grigol *et al* (2022), salienta que esta produção quando destinada ao autoconsumo é de grande relevância para o acesso a proteína animal, e consequentemente para a Segurança Alimentar e Nutricional dos assentados. Além de que, o desenvolvimento de práticas produtivas ligadas a pecuária, garantem a reprodução do grupo familiar, na medida que constrói uma diversidade de saberes a partir das vivências (Ramos; Borges, 2021).

A produção integrada de cultivos agrícolas e criação de pequenos animais destinada principalmente ao consumo das famílias faz parte do perfil produtivo comum ao quintal. Os quintais produtivos, além de caracterizar-se como espaços de diversidade, contribuem para a segurança alimentar e nutricional da família (Gomes; Duarte, 2017). Ao encontro disto Nobre *et al.* (2021) afirma que os quintais produtivos proporcionam à família alimentos de qualidade em quantidade suficiente, contemplando os princípios da segurança alimentar e nutricional.

A partir do levantamento da produção agropecuária, foi possível estabelecer a composição da alimentação dos assentados e a relação de venda e autoconsumo dos produtos mais produzidos entre as famílias. Com isso, a Figura 4 apresenta a relação de produtos agrícolas categorizados a destinação, entre: (1) autoconsumo, produtos destinados somente a alimentação da família; (2) venda e autoconsumo, que são produtos destinados a alimentação da família e venda do excedente; e (3) venda, que são os produtos destinados somente para venda.

Figura 4 – Relação de autoconsumo, venda e autoconsumo e venda dos produtos da agricultura no ano agrícola de 2024.



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Para a seleção dos produtos, identificou-se aqueles que apareceram com maior frequência nas respostas dos entrevistados. A partir disso, três classificações foram escolhidas

(visto que apresentaram a maior frequência nos lotes entrevistados) e destas foram eleitos três produtos, sendo eles: banana (dezesesseis lotes), manga (quinze lotes) e graviola (quinze lotes) entre as frutas; macaxeira (quinze lotes), inhame (nove lotes) e batata-doce (dez lotes) entre os tubérculos; quiabo (dez lotes), coentro (oito lotes) e cebolinha (seis lotes) entre as hortaliças, o que já nos traz indícios dos principais produtos produzidos e consumidos pelos agricultores e suas famílias.

A Figura 4 evidencia forte tendência a uma produção exclusiva ao autoconsumo, porém, ainda há presença da venda de algumas culturas agrícolas por conta do excedente, mesmo que em escala menor. A venda, quando feita, é realizada em feiras livres localizadas na região central do município de Santo Amaro das Brotas, bem como na margem da rodovia SE-240, em mercearias e pequenos comércios da região. Além disso, uma das famílias entrevistadas acessa o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde destina a produção de hortaliças e tubérculos. Desta forma, entende-se que a produção do assentamento não é apenas para o autoconsumo (apesar desta dinâmica ser majoritária), mas sim, trata-se de uma produção de subsistência, visto que há venda do excedente (Grisa, 2007a).

A categoria com maior número de lotes produzindo e realizando autoconsumo são as frutas. A escolha da banana como uma das frutas destinadas também à venda pode estar relacionada ao fato desta ser uma cultura com maior difusão na região (IBGE, 2025). Outrossim, a manga e a graviola são culturas sazonais, onde sua venda pode estar atrelada ao grande volume produtivo em determinadas épocas do ano.

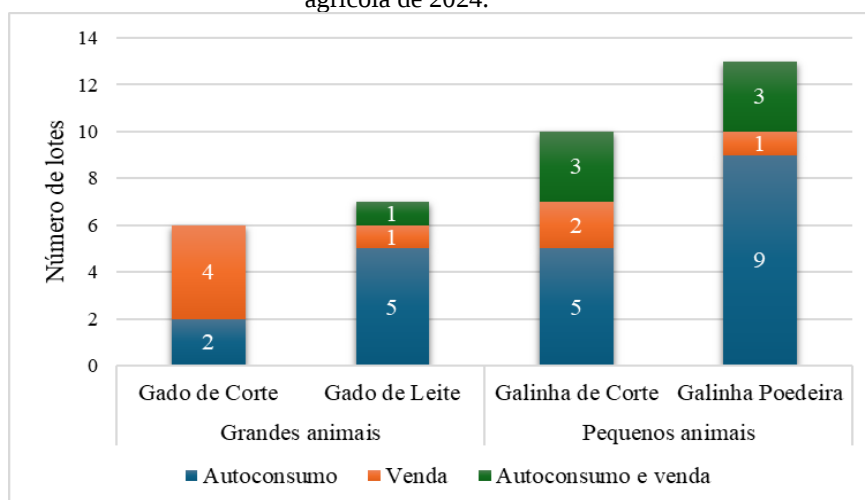
Em seguida, observa-se que os tubérculos compõem a maior parcela da alimentação dos assentados. A macaxeira segue sendo um produto presente em uma parcela maior de lotes, destacando-se tanto no autoconsumo quanto na venda. Isso pode estar relacionado à rusticidade da cultura, que exige menos em relação às condições climáticas e de fertilidade de solos (Souza *et al.*, 2014), se comparada com as demais supracitadas. Além disso, a produção de macaxeira é bem quista pois há demanda deste produto no Projeto de Assentamento Olga Benário (localizado ao lado do Celso Furtado), que é destinada para a agroindústria produtora de goma de tapioca e seus derivados. Estes são produtos tradicionais da região Nordeste, produtivos e consumidos em grande escala (Álvarez; Souza, 2017).

Ademais, a produção de batata-doce e do inhame compõem a produção do município de Santo Amaro das Brotas (IBGE, 2025), porém, tratando-se de produtos regionais, é difícil definir os hábitos e práticas de consumo das famílias (Manos; Galvão; Almeida, 2015) para que seja possível explicar esses resultados quantitativamente.

Por fim, as hortaliças, categoria representada pelo quiabo, coentro e cebolinha, apresenta produção variável entre os lotes, sendo definida primariamente pelas necessidades da família. Segundo as famílias, o cultivo de hortaliças depende do hábito de consumo e, quando há venda, é do que elas identificam como mais rentável no momento. Porém, é essencial ressaltar que estas culturas, além de apresentar maior rusticidade, também podem ser produzidas o ano todo na região Nordeste, onde são bem aceitas na alimentação (EMBRAPA, 2010).

Além da caracterização da alimentação de base agrícola, o artigo se propõe a avaliar também a composição da alimentação pecuária (Figura 5), reunindo as quatro principais criações animais do assentamento, caracterizadas anteriormente na discussão.

Figura 5 – Relação de autoconsumo, venda e autoconsumo e venda dos produtos da pecuária no ano agrícola de 2024.



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

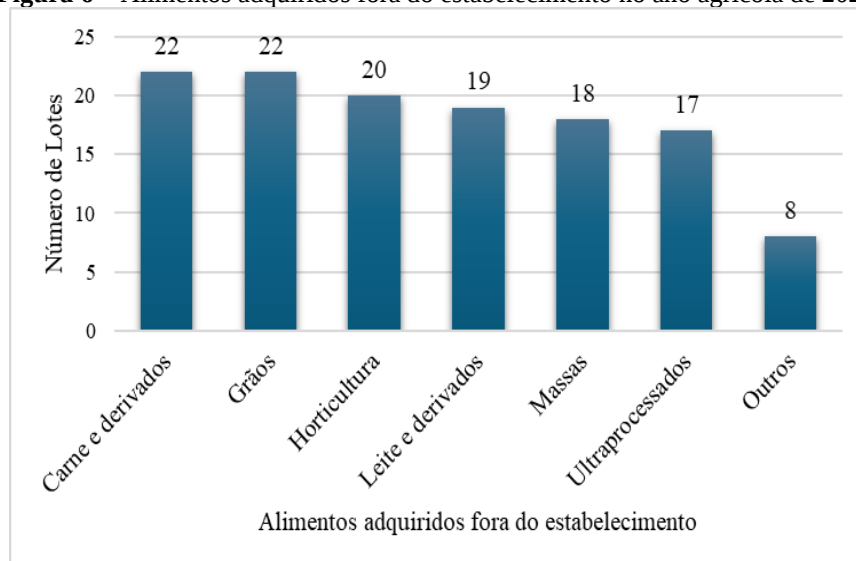
Nas discussões anteriores, foi apontada a baixa produção pecuária do assentamento (se comparada com a agrícola) visto que ela se caracteriza por poucas criações, em relação aos números de animais, concentradas em poucos lotes. Em decorrência de características intrínsecas a lógica espacial do assentamento, a criação de pequenos animais é favorecida, enquanto a criação dos grandes animais condiciona-se a fatores como: acesso ao lote grande e mão-de-obra familiar disponível no lote. Este último fator é decisivo na produção de gado de corte no Celso Furtado, visto que 83% desses lotes com produção de gado de corte possuem mais de uma pessoa atuando no trabalho dentro do estabelecimento com idade inferior a quarenta anos.

A criação de gado de leite destoa da criação para corte por conta da forma como é realizada. Ao contrário da produção para corte, a produção para leite é realizada em menor escala dentro dos quintais produtivos, o que permite que as famílias criem uma ou duas vacas no lote pequeno, levando-as ao lote grande somente quando há necessidade de engorda ou quando a forragem produzida no lote pequeno não é suficiente para suprir a necessidade de alimentação diária dos animais. Sendo assim, a produção de leite é pensada primariamente em suprir as necessidades alimentares da família e não em uma lógica de mercado, como ocorre com o gado de corte.

A criação de galinhas apresenta como destinação principal o consumo da família. Isso ocorre por conta da facilidade de manejo, especialmente no que corresponde a alimentação e espaço, além da cultura alimentar presente no assentamento. A produção de ovos é priorizada pois permite manter um número fixo de animais por um longo período, sem a necessidade de adquirir animais mensalmente, além disso, como a produção de galinha de corte é pequena, e ainda se faz necessário comprar carne e derivados, favorecendo assim a criação de galinhas poedeiras.

Grisa (2008, p. 486), destaca que existem alimentos que são indispensáveis para a família, porém, não podem ser produzidos por ela, mesmo que a produção para autoconsumo atenda a maior parte de suas necessidades alimentares. Logo, apesar da produção dos lotes ser diversificada, os assentados ainda necessitam adquirir alimentos fora do estabelecimento (por meio de relações de troca entre vizinhos) e até mesmo fora do assentamento (em supermercados, mercearias e feiras livres), conforme exposto na Figura 6.

Figura 6 – Alimentos adquiridos fora do estabelecimento no ano agrícola de 2024.



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Carne e derivados, juntamente com grãos são os alimentos que mais são comprados fora dos lotes, apesar de que os outros produtos apresentados estão presentes em quantidades de lotes parecidos, indicando que a compra é feita pensando em todos os âmbitos da alimentação.

As categorias de alimentos que um maior número de famílias comprou fora do estabelecimento foram: carne e derivados e grãos, presentes nos vinte e dois lotes analisados. Este resultado era esperado pois, como foi indicado nas figuras anteriores, a produção pecuária é realizada em poucos lotes, majoritariamente para a obtenção de ovos e leite, ou seja, o que é produzido dentro do lote não é suficiente para suprir as necessidades da família, necessitando da compra de outras fontes de proteína animal para o consumo da família. Já a produção de grãos existente no lote se restringe ao cultivo de milho grão para alimentação das galinhas criadas no quintal produtivo, logo, os assentados adquirem fora do estabelecimento os grãos base da alimentação diária como o arroz, o feijão e o café.

Ademais, os produtos da horticultura são adquiridos fora do estabelecimento em quase todos os lotes analisados, estando presentes em vinte lotes produtivos. Apesar da grande diversidade de cultivos, existem algumas espécies agrícolas que não suportam as condições edafoclimáticas da região, além de exigir um manejo muito além do que pode ser fornecido pelos agricultores (especialmente manejo nutricional), como é o caso do tomate, alho e cebola (Dusi *et al.*, 1993; Menezes Sobrinho *et al.*, 1993; Costa, 2010). Estes alimentos são parte importante da alimentação, presentes no dia a dia da população brasileira, sendo que os agricultores adquirirem-nos fora do estabelecimento. Além das condições ambientais e de manejo, muitas famílias optam por comprar ‘verduras e legumes’ específicos, ou seja, é a dinâmica do lote que dita essas particularidades.

Na terceira posição está o leite e derivados, que são adquiridos fora do estabelecimento em dezenove lotes. A ausência de agroindústrias de beneficiamento, além do pequeno número de agricultores que criam gado de leite, contribuem com o cenário de compra de produtos lácteos fora do assentamento. Além do leite propriamente dito, há a compra de queijos, manteiga e iogurte, que compõem uma parcela importante da rotina alimentar das famílias. Através do comparativo do número de lotes que produz leite e o número de lotes que adquire leite e derivados fora do estabelecimento, é possível observar o indicativo de que até mesmo aqueles lotes que produzem leite podem estar comprando esses

produtos por outros circuitos, apresentando indícios de que a produção do leite não supre a demanda da família, o que as leva a adquirir fora.

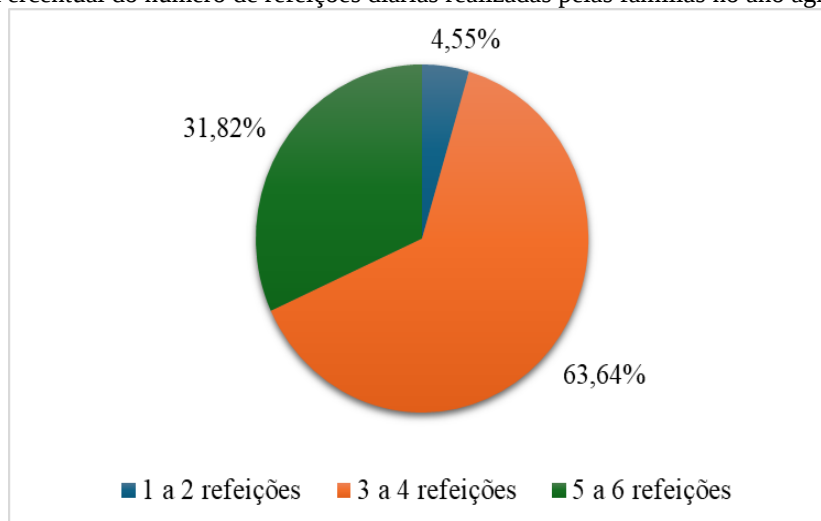
Diante das percepções anotadas no caderno de campo, outro fator que contribui com este cenário de compra generalizada de produtos fora do estabelecimento é o tamanho do lote pequeno, caracterizando-se como um fator limitante para produzir em quantidade suficiente todos os alimentos necessários para a manutenção das famílias, que em geral são compostas por mais de três pessoas. Além disso, como as famílias não utilizam os lotes grandes para cultivar produtos agrícolas, a capacidade produtiva é restrita.

Na quarta e quinta posição, respectivamente, estão as massas, presentes em dezoito lotes, e ultraprocessados, presentes em dezessete lotes. Nestas classificações estão inseridos produtos que as famílias não têm condições de produzir e que dependem da agroindustrialização, visto que englobam alimentos como farinha de trigo, biscoito recheado, embutidos, macarrão, entre outros (GAPB, 2014). Logo, não resta alternativa a não ser a compra em mercearias e supermercados. Ademais, destaca-se que apesar dos ultraprocessados aparecerem dentre as categorias representadas na Figura 6, é demasiado significativo que esta esteja em penúltima posição, tendo em vista que o consumo excessivo desses produtos contribui com uma piora na qualidade de vida, através do aumento de comorbidades (Bielemann *et al.*, 2015). Considerando as percepções adicionadas ao caderno de campo, o consumo de ultraprocessados está associado principalmente à compra de biscoitos, doces, embutidos e farinha de trigo (para a produção de bolos); produtos estes que são destinados à alimentação das crianças assentadas.

Com isso, na classificação ‘Outros’, estão inseridos alimentos definidos como ingredientes culinários e alimentos processados (GAPB, 2014), sendo eles: óleo de cozinha, vinagre e açúcar. Assim como as massas e ultraprocessados, os agricultores não conseguem produzir esses alimentos no estabelecimento, o que os leva a comprar fora.

Por fim, além dos produtos consumidos, a frequência de refeições diárias realizadas pela família também está atrelada à caracterização da alimentação (Figura 7). A preferência por produtos provenientes da agricultura familiar, promove o aumento a diversidade de alimentos, ao mesmo tempo em que garante o fornecimento de alimentos básicos e hábitos saudáveis (Silva *et al.*, 2023).

Figura 7 – Percentual do número de refeições diárias realizadas pelas famílias no ano agrícola de 2024.



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A Figura 7 mostra que a 63,64% das famílias realiza de três a quatro refeições diárias (quatorze famílias), seguida 31,82% que realizam de cinco a seis refeições diárias (sete

famílias) e, por fim, os 4,55% que realizam de uma a duas refeições diárias (uma família). Salienta-se que estas refeições são referentes àquelas preparadas em casa, como foi indicado pelas famílias entrevistadas. Esses resultados corroboram com os estudos de Carvalho e Rocha (2011) e Heitor, Rodrigues e Tavares (2013) que verificaram que a população adulta da zona rural realiza, três refeições diárias, em média. Ainda de acordo com os autores, esta é uma frequência alimentar adequada, sendo o mínimo necessário para suprir as demandas energéticas do corpo.

Vale salientar que a Insegurança Alimentar se divide em três níveis: leve (quando há preocupação com a alimentação no futuro próximo, porém, as necessidades alimentares ainda são atendidas), moderada (quando há redução em quantidade e variedade de alimentos) e grave (quando há redução severa em quantidade e variedade de alimentos, comprometendo o número de refeições diárias) (EBIA, 2023). A partir disso, afirma-se que, apesar de uma das famílias realizar somente de uma a duas refeições diárias, nenhuma delas relatou preocupações relacionadas a alimentação. Logo, é possível afirmar que a maior parte das famílias não estão sujeitas a situação de Insegurança Alimentar no assentamento Celso Furtado.

Cabe destacar que a produção diversificada no assentamento pode estar atrelada ao modo de vida das famílias, que tem raízes no saber fazer que foi passado de geração em geração. Ademais, a forte influência dos princípios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na liderança do assentamento contribui com a ideia de que a terra é a garantia da qualidade de vida das famílias, bem como o meio pelo qual elas poderão se reproduzir socialmente.

Outra análise importante é a relação entre produção, produção diversificada e segurança alimentar, pois percebe-se que no Assentamento Celso Furtado, além de existir uma grande diversificação de produtos agrícolas e pecuários, os assentados possuem renda, em grande maioria vinda de auxílios sociais, para comprar a alimentação que compõe a mesa das famílias e não permitir cenários de insegurança alimentar dentro da casa das famílias assentadas no Celso Furtado.

4. Conclusões

A partir dos resultados, pode-se concluir que o contexto produtivo está diretamente ligado ao autoconsumo, com uma lógica ligada às necessidades da família e não ao mercado. Além disso, é possível compreender que se trata de uma produção voltada à subsistência, com produção para o consumo da família e posterior venda do excedente.

A diversificação produtiva no assentamento é uma característica forte, que pode ser observada por meio da quantidade de cultivos e criação de animais nos lotes produtivos, especialmente no lote pequeno ou chamados “quintais produtivos”. Dadas as condições econômicas, produtivas e climáticas na localidade, a diversificação do portfólio produtivo consiste em uma estratégia empregada pelas famílias para a melhora da qualidade de vida no assentamento, especialmente na busca por melhorar o seu quadro de Segurança Alimentar.

Além disso, apesar da produção agropecuária se caracterizar como fator determinante na reprodução social dos agricultores, ainda há necessidade de adquirir alimentos fora do estabelecimento. Porém, isso ocorre, em sua maioria, com alimentos que não podem ser produzidos pelos agricultores em seu estabelecimento, seja por condições edafoclimáticas, de mão-de-obra e/ou relacionadas ao processamento.

Por fim, afirma-se que a maioria das famílias realizam de três a seis refeições por dia, existe diversidade produtiva nos âmbitos agrícola e pecuário e há compra de alimentos fora do estabelecimento quando necessário, sobretudo com a renda obtida pelas políticas sociais do governo (colocar se é federal, estadual o municipal). Conclui-se assim que a maior parte das

famílias assentadas se encontra em situação de Segurança Alimentar, visto que existe uma íntima relação entre produção e autoconsumo.

5. Referências Bibliográficas

Alves, Emilly Karoline dos Santos; Villwock, Ana Paula Schervinski; Fossá, Juliano Luiz. Transformações da cadeia produtiva do leite: uma análise em painel sobre a produção de leite em Sergipe. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 61., 2023, Piracicaba. **Anais [...]**. Piracicaba: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2023. Trabalho 624344. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2023/624344-TRANSFORMACOES-DA-CADEIA-PRODUTIVA-DO-LEITE--UMA-ANALISE-EM-PAINEL-SOBRE-A--PRODUCAO-DE-LEITE-EM-SERGIPE>. Acesso em: 14 mar. 2025.

Belik, Walter. Examinando o conceito de segurança alimentar e nutricional e suas novas dimensões. **Texto para discussão**. Unicamp: Instituto de Economia. Campinas, n. 460, 2024. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD460.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

Belik, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan.-jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2003.v12n1/12-20/pt>. Acesso em: 15 fev. 2025.

Bellentani, Nathalia Freire. Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade - Ribeirão Preto, SP. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/9c5ddad0-a5d0-4c03-9190-2fce4a289520>. Acesso em: 26 mar. 2025.

Bielemann, Renata Moraes; Motta, Janaína Vieira Santos; Minten, Gicele Costa; Horta, Bernardo Lessa; Gigante, Denise Petrucci. Consumo de alimentos ultraprocessados e impacto na dieta de adultos jovens. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, p. 1–10, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049005572>. Acesso em: 24 mar. 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. 158 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

Caiazza, Rosa; Volpe, Tiziana. The Global Agro-food System From Past to Future. **Business Review**, China-USA, v. 11, n.7, p. 919-929, 2012. Disponível em: <https://www.davidpublisher.com/Public/uploads/Contribute/55150f5ed5e1e.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Carvalho, Edilaine Oliveira; Rocha, Emersom Ferreira da. Consumo alimentar de população adulta residente em área rural da cidade de Ibatiba (ES, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 179–185, jan. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100021>. Acesso em: 15 mar. 2025.

Chonchol, Jacques. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 33-48, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300003>. Acesso em: 27 fev. 2025.

Costa, Nivaldo Duarte. **A cultura da cebola**. Petrolina, PE: Embrapa Semiárido, 2010. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/156688/1/Aculturadacebola.pdf>
f. Acesso em: 13 mar. 2025.

Custódio, Maria Battaglia; Furquim, Nelson Roberto; Santos, Greici Maria Mansini; Cyrillo, Denise Cavallini. Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634683/2602>. Acesso em: 28 fev. 2025.

De Sá, Cristiane Otto; De Sá, José Luiz; Simões, Tania Valeska Medeiros Dantas. **Criação, Conservação e Multiplicação de Galinhas de Capoeira na Agricultura Familiar**. 1. ed. Aracaju, SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2021. 33 p. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1135805/1/Cartilha-Galinda-Capoeira-versao-final-digital.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

Desmarais, Annette Aurélie. La Via Campesina: Globalização e o poder dos camponeses. *Revista Nera*, ano 10, n. 10, p. 165-173, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1418>. Acesso em: 02 mar. 2025.

Dusi, André Nepomuceno; Lopes, Carlos Alberto; Oliveira, Carlos Alberto Silva; Moreira, Helena Maria; Miranda, João Eustáquio Cabral de; Charchar, João Maria; Silva, José Luiz de Oliveira; Magalhães, José Ronaldo; Castelo Branco, Marina; Reis, Neville Vianna Barbosa; Makishima, Nozomu; Fontes, Ruy Rezende; Pereira, Welington; Horino, Yoshihiko. **Coleção Plantar: a cultura do tomateiro (para mesa)**. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa, Centro Nacional de Pesquisas de Hortaliças, 1993. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/100643/1/00013220.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

Duval, Henrique Carmona; Ferrante, Vera Lúcia Silveira Botta; Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira. Autoconsumo e as escalas de diversificação agrícola em um assentamento rural. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 32, n. 2, p. 32–55, 2012. DOI: 10.37370/raizes.2012.v32.357. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/357>. Acesso em: 17 mar. 2025.

EMBRAPA. Catálogo brasileiro de hortaliças: saiba como plantar e aproveitar 50 das espécies mais comercializadas no país. Brasília: Embrapa Hortaliças: SEBRAE, 2010. 60 p. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/887213>. Acesso em: 24 mar. 2025.

Escher, Fabiano. As Novas Ordens Alimentares: Review of the book As Novas Ordens Alimentares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 17, n. 1, p. 215-224, 2019. Disponível em: https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA27-1_as_novas_ordens. Acesso em: 09 fev. 2025.

Fabrini, João Edmilson. TERRITÓRIO, CLASSE E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 07, p. 97–112, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6542>. Acesso em: 26 mar. 2025.

Freitas, Gabriela de Menezes; Ferrante, Vera Lúcia Silveira Botta; Sossae, Flávia Cristina; Filipak, Alexandra. Quintais produtivos: expressões de resistência das mulheres assentadas em territórios de monocultura. **Retratos de Assentamentos**, v. 26, n. 2, p. 163-183, 2023. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/560>. Acesso em: 16 mar. 2025.

Gazolla, Marcio; Schneider, Sergio. A Produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Editora da UFRRJ, v. 15, p. 89-122, 2007. Disponível em:

<https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/283/279>. Acesso em: 15 fev. 2025.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 04 mar. 2025.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. Disponível em:

<https://feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v3artigo01globalizacao.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2025.

Gomes, Fabiano Leite; Duarte, Adriana Guimarães. Quintais produtivos e resiliência alimentar nos espaços da reforma agrária. **Revista Craibeiras de Agroecologia**, v. 1, n. 1, p. 1-4, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/era/article/view/3832>. Acesso em: 15 mar. 2025.

Grigol, Natália Salaro; Molina, Silvia Maria Guerra; Sant’Ana, Gustavo da Cunha; Garavello, Maria Elisa de Paula Eduardo. Produção para autoconsumo e segurança alimentar entre assentados rurais do Alto Xingu, Mato Grosso, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 2, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.233195>. Acesso em: 26 mar. 2025.

Grisa, Catia; Schneider, Sergio. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr.-jun. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/ZNNKJRcfQX9tGPTWRqXLgRG/?format=pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

Grisa, Catia. A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: UFRGS, 2007a. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11001/000601676.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 fev. 2025.

Grisa, Catia. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, v. 14, n. 5, p. 31, dez. 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/73276315/art1ed14.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.

Grisa, Catia. Segurança alimentar e autonomia na agricultura familiar: a contribuição da produção para o autoconsumo. **Revista de extensão e estudos rurais**, v.1, n. 1, p. 97-129, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3278/1549>. Acesso em: 09 fev. 2025.

Grisa, Catia; Rozendo, Cimone; Gomes, Ramonildes; Zimmermann, Silvia A. Sistemas agroalimentares contemporâneos: dinâmicas, perspectivas e desafios. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 159–163, 2021. DOI: 10.37370/raizes.2021.v41.756. Disponível em:

<https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/756>. Acesso em: 12 mar. 2025.

Heitor, Sara Franco Diniz; Rodrigues, Leiner Resende; Tavares, Darlene Mara dos Santos. Prevalence of compliance with healthy eating in older adults from the rural zone. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 22, n. 1, p. 79–88, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072013000100010>. Acesso em: 15 mar. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Tabela 5457, 2025. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=10&i=P&c=1612>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Manos, Maria Geovania Lima; Galvão, Deise Maria de Oliveira; Almeida, Marcio Rogers Melo de. Características do mercado consumidor de batata-doce em Sergipe e potencial para variedade de polpa alaranjada. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 53., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281906713_Caracteristicas_do_mercado_consumidor_de_batata-doce_em_Sergipe_e_potencial_para_variedade_de_polpa_alaranjada. Acesso em: 14 mar. 2025.

McMichael, Philip. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249044308_A_Food_Regime_Genealogy. Acesso em: 06 fev. 2025.

McMichael, Philip. Food regimes and agrarian questions. Rugby: Practical Action, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Philip-Mcmichael/publication/343402169_Global_developments_in_the_food_system/links/65490089ce88b87031ce0747/Global-developments-in-the-food-system.pdf. Acesso em: 06 fev. 2025.

Menezes, Francisco. Mobilização social e participação da Sociedade Civil. In: Aranha, A. (org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. cap. 6, v. 1, p. 120-132. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.

Menezes Sobrinho, João Alves de; Lopes, Carlos Alberto; Reifschneider, Francisco José Becker; Charchar, João Maria; Crisóstomo, Lindbergue Araújo; Carrijo, Osmar Alves; Barbosa, Sebastião. **Coleção Plantar: a cultura do alho**. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa, Centro Nacional de Pesquisas de Hortaliças, 1993. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/olericultura/livros/A%20CULTURA%20DO%20ALHO%20EMBRAPA.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

Nobre, Francisca Érica Cardoso; Lima, Patrícia Verônica Pinheiro Sales; MOREIRA, Maria Lúcia de Sousa; Juvêncio, Sara Maria Spinosa; Fernandes, Ivana Leila Carvalho. Potencialidades e caracterização da produção agrícola familiar: Uma análise a partir dos quintais produtivos. **Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 2, p. 179-203, 2021. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/461>. Acesso em: 14 mar. 2025.

Niederle, Paulo André; Wesz Junior, Valdemar João. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

Ramos, Elaine Aparecida; Borges, Ana Claudia Giannini. As formas de produção e reprodução social nos assentamentos rurais. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 36-57, 2021.

Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8737>. Acesso em: 26 mar. 2025.

Ribeiro, Leandro Nieves. A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.

Revista Nera, ano 16, n. 23, p. 167-170, 2013. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2664>. Acesso em: 01 mar. 2025.

Schneider, Sérgio. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS (Campinas, Online)**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, 2012. DOI: 10.53000/rr.v4i1.708. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16832>. Acesso em: 18 mar. 2025.

Schneider, Sérgio; Schubert, Maycon; Escher, Fabiano. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação ao debate. **Revista Mundi**, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2016.

Disponível em: <https://periodicos.ifpr.edu.br/index.php/MundiMAA/article/view/134/36>.

Acesso em: 09 fev. 2025.

Silva, Sandro Pereira; Sambuichi, Regina Helena Rosa; Alves, Fabio; Ciríaco, Juliane da Silva. **Produtos da agricultura familiar na alimentação escolar e sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Ipea: 2023. (Texto para Discussão, n. 2934).

Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12417/1/TD_2934_web.pdf.

Acesso em: 26 mar. 2025.

Souza, Remy Farias de; Silva, Ivandro de França da; Silveira, Flávio Pereira da Mota; Diniz Neto, Manoel Alexandre; Rocha, Igor Tenório Marinho da. Análise econômica no cultivo da mandioca. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 8, n. 2, p. 20, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7395409>. Acesso em: 15 mar. 2025.

Takagi, Maya. A implantação do Programa Fome Zero no Governo Lula. In: Aranha, A. (org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. cap. 4, v. 1, p. 54-73. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.

Vivas, Esther. O negócio da comida: quem controla a nossa alimentação? 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/download/o-negocio-da-comida-quem-controla-nossa-alimentacao/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

Vizolli, Idemar; Mendes, Alessandra Norberto. Braça, quadro e tarefa: um modo de efetuar medida de terras. **Vidya**, v. 36, n. 1, p. 69-78, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/1388>. Acesso em: 24 mar. 2025.

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Tedesco, J. C. (Org.), **Agricultura Familiar: realidade e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, p. 21-55, 1996.